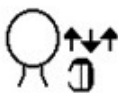


ESCULÁPIOS DO IMPERIAL INSTITUTO PARA SURDOS-MUDOS: MEMÓRIAS DE ATUAÇÃO

Aesculapius of the Imperial Institute for the Deaf-Mute: memories of enactment



Cassia Geciauskas Sofiato¹
(USP)



RESUMO

Em 1857, foi fundada a primeira instituição para o trabalho educacional com pessoas surdas no Brasil, o Imperial Instituto para Surdos-Mudos. Ele foi criado com a anuência de Dom Pedro II e com os esforços de Edouard Huet e objetivava a formação intelectual e moral de surdos. A instituição funcionava em regime de internato e, no século XIX, um dos seus diretores foi o médico Tobias Rabello Leite, que, a partir de 1868, iniciou o seu trabalho como diretor, cuja incumbência também abrangia o cuidado com a saúde dos alunos. O objetivo deste estudo é inventariar as ações relativas ao campo médico no Imperial Instituto para Surdos-Mudos, no período de 1857 a 1889, no intuito de refletir sobre elas. Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa e é do tipo documental. Percebeu-se que a função do médico se ampliou no Instituto a partir de 1873, tendo como norteador o movimento higienista.

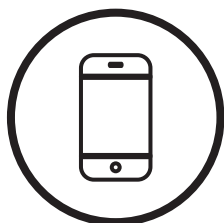
Palavras-chave: História da educação de surdos; Surdos; Higienismo.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil; cassiasofiato@usp.br.

ABSTRACT

In 1857, the first institution for educational work with deaf people in Brazil was founded, the Imperial Instituto para Surdos-Mudos [Imperial Institute for the Deaf-Mute]. It was created with the consent of D. Pedro II and the efforts of Edouard Huet, and aimed at the intellectual and moral education of the deaf. The institution operated as a boarding school and, in the nineteenth century, one of its directors was the doctor Tobias Rabello Leite, who, after 1868, began his work as a director, whose mission also covered the care of the health of students. The aim of this study is to list actions related to the medical field at the Imperial Institute for the Deaf-Mute, from 1857 to 1889, in order to reflect on it. This research has a qualitative approach and it is of the documentary 1 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil; cassiasofiato@usp.br type. It was noticed that the role of the physician was expanded in the Institute after 1873, having the hygienist movement as a guide.

Keywords: History of the education of the deaf; Deaf; Hygienism.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

<https://www.youtube.com/watch?v=QoK4xeC9Ppk>



Introdução

Estudos sobre a primeira instituição fundada no Brasil para a educação de surdos no século XIX ainda são necessários, dada a importância histórica desse espaço e de todo o legado constituído a partir de seus 166 anos de funcionamento, além de existirem temas ainda pouco explorados pelo campo acadêmico sobre esse universo. A instituição em questão é o Imperial Instituto para Surdos-Mudos, que foi fundado, em 1857, por Edouard Adolpho Huet Merlo, com a anuência do Imperador Dom Pedro II.

No contexto do século XIX, o Imperial Instituto para Surdos-Mudos encarregava-se da formação intelectual e moral dos alunos surdos ao considerar alguns critérios para a sua admissão, tais como: idade, condição de surdez não associada a outras deficiências, ser vacinado com bons resultados, apresentar atestado que comprovasse estado de indigência no caso de ser gratuita a sua admissão e bom estado de saúde, sem doenças contagiosas. Nessa seleção prevista no Decreto nº 4.046, de 19 de dezembro de 1867, que aprovou o Regulamento Provisório do Instituto dos Surdos-Mudos (Brasil, 1867), a saúde dos alunos já era foco de atenção para o ingresso na vida institucional. Esse foco vai ao encontro do que Gondra (2004) explicita a respeito das representações sobre higiene produzidas a partir do que os médicos estudavam em sua formação acadêmica e que foram aderidas pela sociedade na época. Essas representações nortearam a vida das pessoas, as quais tinham a aplicação da higiene em vários âmbitos do cotidiano como centralidade.

No período imperial, foco deste estudo, especificamente de 1857 a 1899, as bases pedagógicas e de *reabilitação* para o funcionamento do Imperial Instituto para Surdos-Mudos

foram instituídas pelos seguintes gestores que atuaram nesse período: Edouard Adolfo Huet Merlo (1856-1861); Frei João Monte do Carmo e Ernesto Prado (1861-1862); Manoel de Magalhães Couto (1862-1868); e Tobias Rabello Leite (1868-1896) (ROCHA, 2007). Todos os gestores eram nomeados pelo imperador e, a partir do momento que assumiam a gestão, passavam a viver em função do Instituto.

Neste estudo, importa destacar a gestão do Dr. Tobias Rabello Leite, em função de sua atuação como médico e diretor, além do seu encaminhamento dado às questões de saúde dos alunos surdos ali matriculados. Segundo Souza (2008), o Dr. Tobias Rabello Leite era sergipano, foi uma figura de renome no século XIX e, antes de seu ingresso no Imperial Instituto para Surdos-Mudos, atuava em frentes relacionadas ao combate à cólera, moléstia que assolou a população de Sergipe em 1855. Ademais, conforme a autora, era parlamentar, amigo de Dom Pedro II e trabalhou no combate à febre amarela no Rio de Janeiro.

A concepção de medicina preventiva do doutor Tobias Leite era avançada para sua época. Fez parte do grupo de médicos que lutaram contra as frequentes epidemias causadas pela falta de saneamento básico da capital do Império. De acordo com o doutor Tobias, o índice de mortalidade, no instituto, era muito baixo por causa das medidas de higiene e da qualidade da alimentação oferecida (Souza, 2008, p. 52).

No Brasil do Oitocentos, originou-se o movimento higienista ou sanitaria que, para Milagres, Silva e Kowalski (2018, p. 162), “[...] propunha a defesa da saúde, da educação pública e o ensino de novos hábitos higiênicos pela medicina social”. Esse movimento foi impulsionado pela classe médica e seu alcance social foi amplo, inserindo-se em distintos espaços sociais com base em um discurso persuasivo e poderoso, com vistas à mudança de hábitos a partir de práticas higiênicas orientadas por seus defensores. Esse panorama impele a seguinte indagação: Como os médicos que passaram pelo Imperial Instituto para Surdos-Mudos atuavam frente ao movimento higienista?

Diante desse cenário, este estudo objetiva inventariar as ações relativas ao campo médico no Imperial Instituto para Surdos-Mudos, no período de 1857 a 1889, no intuito de refletir sobre elas, tendo em vista que ideias provenientes do movimento higienista já impactavam o Rio de Janeiro na época em que esse Instituto foi fundado, e, na gestão do Dr. Tobias Rabello Leite, muitos procedimentos higiênicos foram concretizados.

Este estudo apresenta uma abordagem qualitativa e é do tipo documental. De acordo com Gil (2002), a pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, porém o diferencial está na seleção e no uso das fontes. No caso da pesquisa documental, as fontes são variadas e dispersas. Com base na perspectiva do autor, optou-se por fontes primárias, e o corpus foi constituído por relatórios dos Diretores do Imperial Instituto para Surdos-Mudos e Ministros e Secretários dos Negócios do Império, compreendendo o recorte temporal de 1857 a 1889. Esses relatórios eram anuais e, a partir de sua localização, foram submetidos a uma leitura rigorosa e, posteriormente, à seleção de conteúdos relacionados ao tema desta pesquisa. A partir disso, foram estabelecidos diálogos com a literatura produzida no campo da educação e da história da educação, em uma perspectiva analítica e crítica.

1 O acesso ao serviço médico no século XIX e os médicos do Imperial Instituto para Surdos-Mudos

No século XIX, o acesso a profissionais médicos era difícil, considerando o contexto nacional relacionado à saúde e o número de profissionais existentes. Segundo Figueiredo (2005), a população estava habituada a conviver sem a presença desse profissional.

A ausência de profissionais formados nas academias, em diversas regiões do País, ao longo dos séculos XVIII e XIX, não poderia ser sentida como lacuna por parte da população ou como algo que deveria ser preenchido para o bem geral da comunidade. A população estava habituada a lidar com a inexistência deste profissional. Esta era a regra e essa experiência não era vivenciada necessariamente como falta por parte da população (Figueiredo, 2005, p. 62).

Conforme apontado pela autora, os médicos viajavam longas distâncias, hospedavam-se em hotéis conhecidos, ofereciam seus serviços por meio dos jornais da época, e a notícia se espalhava dessa forma. Eram comuns anúncios nos jornais da época que continham a localização do esculápio, sua forma de tratamento e seu “sucesso” na arte de curar. Nesses espaços, também importava a divulgação dos trabalhos clínicos e a captura de novos pacientes (Curas, 1858).

O médico atuava de forma itinerante, provavelmente em várias regiões do país. Em muitos casos, quem habitualmente exercia esse papel eram os boticários, farmacêuticos e dentistas. Em função da carência de profissionais formados em Medicina, a legislação tentava resolver a situação permitindo que práticos e sem formação acadêmica atuassem como médicos em determinadas circunstâncias (Figueiredo, 2005). Além disso, havia os curandeiros e não se tinha um controle rigoroso a respeito de quem poderia exercer o “[...] ofício relacionado aos cuidados com o corpo debilitado” (Figueiredo, 2005, p. 64). A fiscalização era pouco eficiente, mas, ao longo do século XIX, intensificaram-se os mecanismos de controle aos não autorizados a exercer a Medicina.

Figueiredo (2005) ainda aponta que, na segunda metade do século XIX, dois movimentos surgiram, os quais englobavam a relação entre médico e paciente:

O primeiro com o entendimento da medicina (enquanto arte de curar) como um saber que se processa no nível microscópico, exigindo o olhar detalhado, aprofundado e especializado do profissional. O segundo movimento, concatenado ao primeiro, ocorre no sentido de desenvolver o olhar do médico como um olhar especializado, sofisticado, erudito, que se constrói independentemente do saber popular e muitas vezes em oposição a esse saber (Figueiredo, 2005, p. 65).

Percebe-se que, gradativamente, a necessidade de formação se tornou necessária e reconhecida pela população. Diante desse panorama que destaca a falta desses profissionais para atuar na sociedade, é curioso o fato de que, no Imperial Instituto para Surdos-Mudos, houve a nomeação do Dr. Tobias Rabello Leite, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A sua nomeação foi realizada pelo Governo Imperial e, ao que tudo indica, eram designadas pessoas que tinham certa influência e trânsito na Corte, o que justificaria a sua escolha. Ademais, a deficiência, nessa época, era considerada assunto médico, fato que corroborava essa seleção. Jannuzzi (2004) aponta que, até 1930, no Brasil, prevaleceu a

ideia de deficiência como algo que faltava, com foco na lesão, o que constituiu a concepção médico-pedagógica, que se caracterizou pelo envolvimento de profissionais médicos na parte pedagógica das escolas e da formação de professores. Além disso, a referida concepção era centrada nas causas físicas e neurológicas e usava teorias de aprendizagem sensorialistas como forma de responder aos desafios impostos pelas diferentes condições humanas.

No caso do Imperial Instituto para Surdos-Mudos, a menção ao profissional médico aparecia nos regimentos internos, mas, somente em 1873, houve a nomeação de um médico efetivo para o estabelecimento. A seguir, elencam-se as informações referentes aos três regulamentos do Instituto que vigoraram no período imperial e os respectivos registros sobre os serviços médicos.

No Decreto nº 4.046/1867, Capítulo I, que trata dos empregados do Instituto, está prescrito, no art. 1º, que “[...] o instituto será dirigido por um diretor, subordinado ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império” (Brasil, 1867, n.p.). O diretor era o cargo máximo do Instituto e a ele competia a inspeção referente à educação, à saúde e ao tratamento dos alunos surdos. O diretor deveria morar no Instituto e se ausentar somente quando necessário. De acordo com tal documento, a saúde dos alunos ficava a cargo do diretor, que, nessa época, era o Dr. Tobias Rabello Leite, pois não havia a nomeação de outro médico no quadro de funcionários. No ano de 1867, despesas com enfermaria, médico e botica totalizaram 500\$000 [lê-se quinhentos mil-réis] e foram informadas nos relatórios anuais destinados à Corte (Brasil, 1867).

O Decreto nº 5.435, de 15 de outubro de 1873, que “Approva o regulamento que da nova organização ao Instituto dos Surdos-Mudos” (Brasil, 1873, n.p.), prevê um médico em seu quadro de funcionários, além do diretor. Os vencimentos previstos para esse profissional era de 600\$000, o qual passou a fazer parte do corpo técnico administrativo. Observa-se, no Decreto nº 5.435/1873, art. 3º, a composição da equipe:

Além do Director o Instituto terá os seguintes empregados:

- 1 Capellão e Professor de Religião.
 - 2 Professores de linguagem escripta.
 - 1 Dito de linguagem articulada, e leitura sobre os lábios.
 - 1 Dito de mathematicas, geographia, e historia do Brasil.
 - 1 Dito de desenho.
 - 1 Médico.
 - 1 Escripturario e Agente.
 - 1 Roupeiro e Despenseiro.
 - 1 Inspector para cada turma de 25 alumnos.
 - 1 Mestre de gymnastica.
- Serventes. (Brasil, 1873, n.p., grifo meu).

Segundo Leite (1873), a nomeação de um médico era necessária, mas não para curar, mas, sim, para aconselhar os meios de conservar a saúde dos alunos, algo que era concebido como uma missão em um internato, quer dizer, na vida institucional. Esse ponto de vista

espelhou concepções higienistas, uma vez que a conservação da saúde dos alunos dependia de uma série de aspectos que precisavam ser acompanhados e garantidos, tais como: a questão da localização do espaço escolar que deveria ser salubre, a alimentação dos alunos, o cuidado com o asseio pessoal, entre outras que eram difundidas pelo discurso médico. Nesse sentido, a abrangência recaiu sobre esse profissional, o que pode ser observado com mais detalhes a partir de 1881.

O Aviso de 5 de fevereiro de 1881 (Almanak, 1881), que aprovou alterações do Decreto nº 5.435/1873, trouxe atribuições do médico responsável pelo serviço sanitário e demais responsabilidades:

Visitar frequentes vezes o Instituto para observar a saúde dos alumnos e aconselhar medidas higienicas; Tratar dos alumnos doentes, fazendo as visitas que forem precisas durante o dia e a noite; Lançar no livro da enfermaria não só as receitas e dietas, como o diagnostico e todas as observações para a estatística, assignando os lançamentos; Apresentar no fim de cada anno ao Director um relatório circunstanciado do movimento sanitario, acompanhado de observações que sirvam ao estudo da surdo-mudez, e dos meios de atenuar seus efeitos (Almanak, 1881, p. 1, A-E-4).

Com base no estudo das fontes primárias, foi possível entender que, a partir do ano de 1864, surgiu o nome dos profissionais médicos que atuaram no Instituto. Observa-se que, em alguns anos, não houve a declaração do profissional, mas a vacância do cargo foi constatada em outros períodos, com o mostra o Quadro 1

Quadro 1 - Médicos que atuaram no Instituto no período de 1857 a 1889

Ano	Médico responsável
1857 a 1863	Não há menção a médicos
1864	Dr. A. Pereira Leitão
1865 a 1868	Dr. João Pedro de Miranda
1869 a 1870	Cargo vago
1871 a 1889	Não há menção a médicos

Fonte: Dados organizados pela autora com base nos documentos publicados pelo Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro de 1857-1889

É importante lembrar que o Dr. Tobias Rabello Leite assumiu também essa função a partir de seu ingresso no estabelecimento, no ano de 1868 até 1873, quando houve a nomeação de um médico efetivo. Esse diretor, em seu relatório de 1870, assinalou que, devido às medidas higiênicas da época, era determinada a exigência de médicos efetivos e permanentes em “corpos coletivos” e que, no Instituto, tinha de cessar a prática de chamar médicos somente quando os alunos estavam doentes. Ele era favorável à nomeação de médicos para o acompanhamento e para a dedicação ao estudo da saúde dos surdos (Leite, 1870).

Um avanço observado em relação ao acompanhamento da saúde dos alunos surdos foi a construção de uma sala para a enfermaria em 1888 no Instituto, que foi necessária para o desenvolvimento dos atendimentos e instada pelo diretor Tobias Rabello Leite.

2 Registros sobre a saúde dos alunos surdos

Nas fontes pesquisadas, foram encontrados alguns registros muito amplos sobre os alunos surdos e seu estado de saúde, porém somente em alguns dos anos pesquisados. Essas informações estavam descritas em documentos que traziam dados pessoais dos alunos, tais como: nome, filiação, idade, naturalidade, data de entrada e condição de pensionista. Além disso, constavam algumas informações mais específicas relacionadas ao estado de saúde dos alunos, visto que tinha um tópico denominado “Surdo-mudez”, em que se classificava o tipo de surdez, e outro denominado “Estado Physico e intelectual”, em que se distinguia cada aluno a partir da seguinte classificação: “Robusto (pouco ou muito inteligente), Anemico e Debil” (Leite, 1869, p. A-F4-5). Pelo que se pode observar, as diferentes condições apresentadas pelos alunos eram mapeadas em consonância com a higiene como ciência da infância.

[...] a escola deveria ser ordenada pelos princípios, métodos e prescrições da higiene, de modo a poder formar sujeitos fortes, saudáveis, inteligentes e moralizados que, com essas características, alicerçariam a nação, constituindo-se em base segura para um futuro idealizado como grandioso (Gondra, 2000, p. 112).

Independentemente do estado físico e intelectual, o fato de ser surdo se constituía como um desafio, tanto do ponto de vista pedagógico quanto de salubridade, uma vez que eram muitas as indagações sobre o desenvolvimento dessas pessoas e tentativas de melhorar o seu bem-estar físico, visando a “formação de trabalhadores sadios e fortes” (Leite, 1874, p. A-C3-5). Ao analisar os documentos de 1869, 1870, 1872 e 1873, assinados pelo Dr. Tobias Rabello Leite, foram encontradas algumas explicações sobre a causa da surdez dos alunos matriculados nos respectivos anos (Quadro 2).

Quadro 2 - Natureza da surdez

Adventícia e resultado de convulsões.
Adventícia e resultado de queda na idade de 1 ano.
Adventícia e após uma queda aos 9 meses de idade.
Congênita.
Adventícia e resultado de queda aos 2 anos.
Adventícia e resultado de bexigas.
Acidental - febre aos 3 anos.
Acidental [bexigas].

Fonte: Dados organizados pela autora com base nos documentos publicados pelo Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro de 1869, 1870, 1872, 1873

Pode-se considerar que a surdez era classificada como adventícia, congênita ou acidental. Na descrição apresentada no Quadro 2, quando acidental, a surdez estava relacionada à infecção por bexigas, denominação usada à época para a varíola. De acordo com Silveira e Marques (2011, p. 389), em relação à varíola, “[...] a presença constante e difusa da moléstia e as limitações das teorias médicas prevalentes no período faziam desses recrudescimentos um verdadeiro mistério”. Tanto é que uma das condições para o ingresso no Instituto era ser vacinado com bons resultados, medida que visava mitigar riscos dessa natureza. De 1870 em diante, foi introduzido o tópico “Estado Sanitário” no relatório do diretor Tobias Rabello Leite. Nesse tópico, foram apresentadas a situação sanitária da instituição e os problemas relativos à saúde enfrentados durante cada ano, eram notificados os falecimentos, havia comentários específicos do diretor sobre o funcionamento do corpo dos surdos, além do cômputo das moléstias contraídas pelos alunos, conforme mostra o Quadro 3.

Quadro 3 - Registros de diagnósticos

Ano	Ocorrência
1871 e 1876	Ligeiras supressões de transpiração. Passageiras perturbações de digestão.
1874	Casos de infecção paludosa.
1885 e 1886	Epidemia de febre amarela.
1887	Epidemia de varíola.

Fonte: Dados organizados pela autora com base nos documentos publicados pelo Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro de 1856-1889

É interessante destacar que comumente eram citados dois tipos de problemas de saúde ocorridos em internos, um relacionado à digestão e outro à transpiração. Alunos que contraíram alguma doença epidemiológica também foram mencionados, como ocorreu em 1872: “[...] da actual epidemia apenas o alumno Oscar, chegado recentemente do Rio Grande do Sul, foi acometido com alguma gravidade, mas acha-se felizmente restabelecido” (Leite, 1872, p. 2^a, A-C3-6). A epidemia a que se refere o diretor é a de febre amarela, que, segundo Chalhoub (2017), reapareceu no Rio de Janeiro no verão de 1868 e permaneceu até o início do século XX, após a campanha de erradicação liderada por Oswaldo Cruz.

Nos anos de 1885 e 1886, as atividades do Instituto foram suspensas em decorrência da doença da febre amarela, e o Inspetor Geral de Higiene do Império foi notificado. Casos de febre paludosa ou malária também foram relatados, relacionados à piora das condições sanitárias no ano de 1874, apesar do “severo” regimento higiênico presente (Leite, 1874, p. A-C3-4). Essa piora teve a ver com o acúmulo de águas pluviais e a sua vazão em prédios antigos, tal como o que abrigava o Instituto. A epidemia de varíola também foi a responsável pela suspensão das atividades no ano de 1887, tendo em vista que não havia condições para isolamento de alunos doentes na instituição em função de sua estrutura.

3 Ensino da gymnastica

Sofiato (2018) refere que o ensino da ginástica foi introduzido no currículo prescrito do Instituto a partir do Decreto nº 5.435/1873 (Brasil, 1873), que previa um mestre de ginástica. Gondra (2004), ao analisar a questão da educação física no século XIX, a partir de trabalhos acadêmicos produzidos por médicos formados no Rio de Janeiro nesse período, concluiu que “[...] a educação física, associada ao trabalho moral e intelectual, deveria cumprir vários objetivos simultaneamente: fortalecer, disciplinar, ordenar o trabalho nas escolas, moldar os temperamentos, estruturar o tempo escolar e regenerar” (Gondra, 2004, p. 327). Ao que parece, esses objetivos também foram assimilados pelo Instituto, uma vez que, por meio dos registros deixados pelo Dr. Tobias Rabello Leite, se percebe a incorporação da ginástica na dinâmica da instituição e o reconhecimento do seu valor no trabalho com alunos surdos.

De acordo com a avaliação do diretor Tobias Rabello Leite, o ensino de ginástica foi um bem que o Decreto nº 5.435/1873 trouxe ao Instituto, pois tinha muitas finalidades para os alunos surdos (Brasil, 1873). Segundo ele, a prática da ginástica poderia “[...] mudar o temperamento lymphatico que resulta da deficiente hematose por faltar aos pulmões o inapreciável exercício que lhe é a palavra” (Leite, 1873, p. A-C2-7). A partir do excerto anterior, entende-se que o referido diretor acreditava que a prática da ginástica poderia melhorar a oxigenação do sangue, que era deficitária no aluno surdo em função da ausência da fala.

Outro aspecto que se evidencia, no que tange à inserção da ginástica no Instituto, é a valorização da disciplina, além do fortalecimento físico dos alunos. Antes da inserção das aulas de ginástica, o diretor Tobias Rabello Leite tinha ciência de sua falta para o desenvolvimento dos alunos e a substituía, “[...] forçando os alumnos a entreter-se nos recreios com brinquedos que lhes desenvolvessem as forças phisicas” (Leite, 1873, p. A-C2-7).

Entretanto, essa prática tinha de ser bem orientada para produzir os efeitos esperados. No Instituto, o responsável pelo desenvolvimento da ginástica foi o mestre Paulino Francisco Paes Barreto, que passou a compor a equipe em 1874 até 1881, conforme as fontes pesquisadas. Depois de 1881, o seu nome não foi mais mencionado, dessa forma, não se sabe se ele deixou o cargo ou se continuou o seu trabalho sem ser citado em fontes oficiais.

Era necessária a condução desse trabalho por um profissional, como refere Gondra (2004):

Só desse modo os exercícios ginásticos poderiam cumprir sua função regeneradora e compensatória junto à classe pobre da população e, portanto, produtora de um sujeito formado integralmente; exigência de um modelo de saúde e de representação de homem requeridos pela sociedade moderna, à qual se queria integrar o Estado imperial brasileiro (Gondra, 2004, p. 335).

Nos registros do diretor Tobias Rabello Leite, não foi possível encontrar os tipos de exercícios praticados pelos alunos surdos, a periodicidade com que eram aplicados (apesar de o referido diretor defender a prática diária dos exercícios), o desenvolvimento segundo o gênero, a idade, as características da localidade e de escolha dos exercícios, a hierarquia entre os exercícios, a moderação com que eram aplicados e a integração às atividades de

formação intelectual e moral, aspectos destacados por Gondra (2004) como princípios que regulavam a prática da ginástica.

4 Etiologia da surdez

Em alguns de seus registros, o diretor Tobias Rabello Leite demonstrou interesse em relação à descoberta das causas da surdez dos alunos do Instituto. Por meio de suas elucubrações e investimentos em busca de dados concretos em estatísticas da época, ele apresentou algumas hipóteses associadas a algumas províncias específicas do Brasil, mas argumentou que os achados disponíveis não eram suficientes para se chegar a uma conclusão.

Nas províncias de Santa Catarina, Mato Grosso e Paraná parece que a causa está na natureza dos terrenos montanhosos, cobertos de altas florestas e cortados por grandes correntes d'água. Nas do Ceará e Rio Grande do Norte, em que segundo me consta, não se reúnem aquelas três condições, as causas devem ser encontradas nos hábitos da população campestre, e nas repetidas uniões consanguíneas. No município neutro finalmente, acredito, fundado na incompleta historia que tenho dos que se acham no Instituto, que é da alimentação e das condições hygienicas das habitações conhecidas pelo nome de cortiços, que provêm o grande numero de casos de surdo-mudez que nos apresenta a estatística (Leite, 1874, p. A-C3-2).

O referido diretor atrelou a etiologia da surdez às características geográficas ou aos hábitos da população. No ano de 1874, apresentou o “Mapa dos surdos-mudos existentes no Império” (Leite, 1874), cujos dados foram extraídos dos trabalhos da Repartição de Estatística. Isso demonstrou o seu interesse pelos estudos demográficos e o cotejamento com os casos de surdez. Os dados compreenderam as províncias do Brasil, o total de homens e mulheres surdas livres e o total de homens e mulheres surdas escravizadas, somando 9.730 pessoas surdas. Com isso, concluiu que o Brasil tinha um número muito grande de surdos se comparado a alguns países da Europa e que, se as estatísticas conseguissem mapear os surdos congênitos e os “acidentais”, seria mais fácil de estudar as causas e indicar formas de atenuá-las, o que não ocorreu.

Em 1876, sobre essa pauta, o diretor considerava que os estudos das causas da surdez exigiam elementos que não se encontravam nos trabalhos da Repartição da Estatística do Rio de Janeiro. Não existiam dados a respeito da discriminação das idades dos surdos, das “espécies” de surdez, da descrição da “[...] natureza dos terrenos em que nasceram e residem os surdos-mudos”, das profissões, dos hábitos e costumes dos pais (Leite, 1876, p. 1^a, A-D3-3). Frente a esse cenário, com dados muito incipientes, considerava que só eram possíveis ligeiras apreciações sobre essa questão.

Pode-se dizer que as inquietações do diretor Tobias Rabello Leite, no que diz respeito à população surda, fizeram parte de seu cotidiano e que a sua persistência em buscar a etiologia da surdez permaneceu por alguns anos.

Os que tem estudado esta matéria apontam como uma das causas que mais surdos produz a habitação nos terrenos montanhosos, cortados de valles profundos e cobertos de grandes florestas. [...] não é possível avaliar até que ponto essa causa actua sobre nós. Terrenos nas províncias

de Goyaz, Matos Grosso, Minas e Santa Catharina são em grande parte daquela natureza, mas os surdos-mudos dessas províncias são a maioria congênitos? Nasceram e residem em valles profundos? [...] se a maioria é de accidentaes, quaes as causas? (Leite, 1876, p. 1-A, A-D3-4).

As questões formuladas por ele só poderiam ser respondidas por meio de um estudo consciencioso e profundo, o que à época, na opinião do médico diretor, conviria a ser feito no Brasil. As fontes estudadas não permitiram constatar se as preocupações do diretor Tobias Rabello Leite com essa questão chegaram ao Governo Imperial e incitaram a busca por intervenções mais efetivas. O que está claro é que seus relatórios explicitaram vários aspectos e sugeriram encaminhamentos para a melhoria das condições e da qualidade da permanência dos alunos surdos na instituição.

Conclusão

Por meio do estudo realizado, vislumbraram-se, no Imperial Instituto para Surdos-Mudos, tentativas de promoção da manutenção da saúde dos alunos surdos, apesar dos muitos problemas que se faziam presentes, entre eles, as doenças típicas do Brasil tropical, as condições não muito favoráveis de instalação física do Instituto e o trabalho “unidocente” do diretor Tobias Rabello Leite até a nomeação de outros médicos para auxiliarem nesse trabalho. De acordo com o modelo higienista, dentre as muitas medidas adotadas nas escolas, a inserção da ginástica e o estímulo ao movimento poderiam auxiliar os alunos a se libertarem de vícios (Gondra, 2004), algo que ocorreu também no Instituto.

O diretor Tobias Rabello Leite foi o responsável por uma série de procedimentos que buscaram tornar o Instituto um ambiente mais salubre. Constatou-se, por meio de seus registros, que a ação médica era cuidadosa, pois a condição sanitária geralmente era satisfatória. Esse cuidado pôde ser verificado em suas solicitações dirigidas à Câmara Municipal para a realização de melhorias, algumas relacionadas à estagnação de águas presente no estabelecimento, fato que se configurava como um risco para a saúde dos alunos e funcionários.

Um dos aspectos que chamou atenção, em função da recorrência constatada, foi o interesse do Dr. Tobias Rabello Leite pela descoberta das causas da surdez dos alunos surdos. Nesse sentido, o médico buscou as parcas estatísticas existentes e apresentou as teorias que tinha à época, fundamentadas em condições climáticas ou desregramentos alimentares ou higiênicos, pois eram desconhecidas. Muitas vezes, suas ações remetiam a algumas ideias de Hipócrates, que atribuía a origem das doenças a agentes naturais, tais como: “[...] o calor, o frio, o vento e o sol, alterações do clima, dos ventos, das águas, de desequilíbrios orgânicos e alimentares” (Gottschall, 2007, p. 32).

Devido à ausência de meios auxiliares de diagnóstico, a incidência de casos de surdez foi um objeto de estudo. A autossuficiência era comum à prática da medicina nesse período, e, ao que parece, o Dr. Tobias Rabello Leite não teve muitos interlocutores e tomou decisões a partir dos condicionantes que se apresentavam. Seus registros denotam suas elucubrações a respeito do fenômeno da surdez e suas implicações no desenvolvimento físico dos surdos.

Além disso, ele defendia o acompanhamento médico perene com um profissional que reunisse interesse e dedicação, aspectos necessários a esse público.

A medicina social e suas práticas higienistas certamente influenciaram o Instituto; e a presença do médico nomeado, além do diretor, foi uma realidade na instituição. No entanto, um dos limites que se apresentou para este estudo, com base nas fontes pesquisadas, foi a ausência de registros de outros médicos que passaram pelo Instituto e de seus atendimentos, algo que o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado três anos antes, possuía documentado. Em decorrência disso, o diretor Tobias Rabello Leite ocupou a centralidade da trama discursiva a respeito do assunto.

Por derradeiro, infere-se que a inserção da ginástica aliada à boa alimentação, a banhos e à disciplina compunham o ideal para a conservação da saúde dos alunos surdos na instituição estudada, pois a formação de homens robustos e ágeis, em que pese o fato de serem surdos, era o propósito dos estabelecimentos que se responsabilizavam pela educação intelectual e moral, com base no discurso médico higiênico.

Anima sana in corpore sano, máxima do poeta romano Juvenal, foi inspiração para alguns institutos de educação de surdos além-mar e, ao que parece, também se entrelaçou ao imaginário médico do Instituto brasileiro estudado.

Referências:

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1881. Redigido por José Antonio dos Santos Cardoso. *Biblioteca Nacional*, Hemeroteca Digital Brasileira, Rio de Janeiro, 1881. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394x&pasta=ano%20185&pesq=%22Imperial%20Instituto%20de%20Surdos-Mudos%22&pagfis=49540>. Acesso em: 12 jul. 2023.

ALMANAK Administrativo, Mercantil E Industrial da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro. *Biblioteca Nacional*, Hemeroteca Digital Brasileira, Rio de Janeiro, [20--?]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 4.046, de 19 de dezembro de 1867*. Approva o Regulamento Provisorio do Instituto dos Surdos-Mudos. Brasília: Câmara dos Deputados, [1867]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4046-19-dezembro-1867-554346-publicacaooriginal-72928-pe.html> Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 5.435, de 15 de outubro de 1873*. Approva o Regulamento que da nova organização ao Instituto dos Surdos-Mudos. Brasília: Câmara dos Deputados, [1873]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5435-15-outubro-1873-551638-publicacaooriginal-68188-pe.html>. Acesso em: 19 fev. 2023.

CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CURAS gratis para os pobres de todas as moléstias. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 00344, 5 de dezembro de 1858.

FIGUEIREDO, B. G. Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 59-73, 2005.

GIL, A. C. *Como elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GONDRA, J. G. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 99-117, jan./jun. 2000.

GONDRA, J. G. Combater a “Poética Pallidez”: a questão da higienização dos corpos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. esp., p. 121-161, jul./dez. 2004.

GOTTSCHALL, C. A. M. *Medicina hipocrática: antes, durante e depois*. Porto Alegre: Stampa, 2007.

JANNUZZI, G. Algumas concepções de educação do deficiente. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 9-25, maio 2004.

- LEITE, T. R. *Instituto dos Surdos-Mudos*. Relatório do director. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1869.
- LEITE, T. R. *Instituto dos Surdos-Mudos*: Relatório do director. Rio de Janeiro: Typoghafia Nacional, 1870.
- LEITE, T. R. *Instituto dos Surdos-Mudos*: Relatório do director. Rio de Janeiro: Typoghafia Nacional, 1872.
- LEITE, T. R. *Instituto dos Surdos-Mudos*: Relatório do director. Rio de Janeiro: Typoghafia Nacional, 1873.
- LEITE, T. R. *Instituto dos Surdos-Mudos*: Relatório do director. Rio de Janeiro: Typoghafia Nacional, 1874.
- LEITE, T. R. *Instituto dos Surdos-Mudos*: Relatório do director. Rio de Janeiro: Typoghafia Nacional, 1876.
- MILAGRES, P.; SILVA, C. F.; KOWALSKI, M. O higienismo no campo da Educação Física: estudos históricos. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 160-176, jul. 2018.
- ROCHA, S. *O INES e a educação de surdos no Brasil*: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: INES, 2007.
- SILVEIRA, A. J. T.; MARQUES, R. de C. Sobre a varíola e as práticas da vacinação em Minas Gerais (Brasil) no século XIX. *Ciência & Saúde Coletiva*, Manguinhos, v. 16, n. 2, p. 387-396, 2011.
- SOFIATO, C. G. A educação de surdos no século XIX: currículo prescrito e modelo de educação. *Cadernos de Pesquisa*, Bacanga, v. 25, n. 2, p. 207-224, abr./jun. 2018.
- SOUZA, V. dos R. M. A Educação dos Surdos no Século XIX. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, São Cristóvão, v. 1, p. 49-56 jul./dez. 2008.

